

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 14ª REGIÃO

Plano Anual de Capacitação

2026





COMPOSIÇÃO

COMPOSIÇÃO

Egrégio TRT da 14ª Região
(biênio 2025/2026)

PRESIDENTE

ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR

VICE-PRESIDENTE E CORREGEDOR

CARLOS AUGUSTO GOMES LÔBO

DESEMBARGADORES DO TRABALHO

(Ordem de antiguidade)

SOCORRO GUIMARÃES

MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA

CARLOS AUGUSTO GOMES LÔBO

VANIA MARIA DA ROCHA ABENSUR MONTEIRO

ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR

FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO CRUZ

SHIKOU SADAHIRO



COMPOSIÇÃO

COMPOSIÇÃO

Escola Judicial
(Biênio 2025/2026)

DIRETORA DA ESCOLA

Desembargadora do Trabalho Maria Cesarineide de Souza Lima

VICE- DIRETORA DA ESCOLA

Juíza do Trabalho Soneane Raquel Dias Loura Simioli

MEMBROS DO CONSELHO CULTURAL-PEDAGÓGICO

Desembargadora do Trabalho Maria Cesarineide de Souza Lima
Juíza do Trabalho Soneane Raquel Dias Loura Simioli - Vice-Diretora da Escola Judicial
Desembargador do Trabalho Shikou Sadahiro - Membro
Juíza do Trabalho Andrea Alexandra Barreto Ferreira - Membro
Juiz do Trabalho Vicente Ângelo Silveira Rego - Membro

COMISSÃO CIENTÍFICA DA ESCOLA JUDICIAL

Desembargadora do Trabalho Maria Cesarineide de Souza Lima
Juíza do Trabalho Soneane Raquel Dias Loura Simioli
Juiz do Trabalho Wadler Ferreira
Juiz do Trabalho Marcelo José Lourenço do Carmo
Juíza do Trabalho Agnes Marian Ghtait Moreira das Neves
Juíza do Trabalho Paulo Henrique Gonçalves Tenório
Juíza do Trabalho Janaína Salles Rigitano

SECRETÁRIA-EXECUTIVA DA ESCOLA JUDICIAL

Flávia Cristina Fidelis Moraes

ASSESSOR PEDAGÓGICO

Ariel Rodrigues dos Santos

ASSISTENTE DA ESCOLA JUDICIAL

Elizete Oliveira Mendonça Marceau

SEÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE CAPACITAÇÃO DE MAGISTRADOS

Ana Paula Domingos Salvador
Maria Cristina Borges Lisboa

SEÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

Cibele Penha Ricci da Silva
Marcele Souza de Oliveira Nanci Fluminhan

SEÇÃO DE PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CAPACITAÇÃO

Luiz Gonzaga da Silva

SEÇÃO DE APOIO À GESTÃO DO CONHECIMENTO

Willian Ferreira Coutinho



SUMÁRIO



1. APRESENTAÇÃO	5
2. JUSTIFICATIVA	6
3. OBJETIVO	7
3.1. OBJETIVO GERAL	7
3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	7
4. IDENTIFICAÇÃO DE NECESSIDADES	8
5. PERSPECTIVAS	10
6. METODOLOGIA DAS AÇÕES FORMATIVAS	11
7. CURSOS OBRIGATÓRIOS	12
8. CURSOS DESENVOLVIDOS A PARTIR DO LEVANTAMENTO DE NECESSIDADES DO TRT14	14
9. FORMAÇÃO CONTÍNUA AOS MAGISTRADOS E MAGISTRADAS	16
10. AVALIAÇÃO	18
11. CERTIFICAÇÃO	19
12. REFERÊNCIAS	20
AÇÕES EDUCACIONAIS PREVISTAS PARA O ANO DE 2026 POR MÊS	21





O Plano de Capacitação da Escola Judicial para o exercício de 2026 foi elaborado com base na identificação das necessidades formativas das diversas áreas do Tribunal, em articulação com comitês, subcomitês e comissões ao longo do exercício 2025. O processo seguiu em alinhamento ao Plano Estratégico Institucional e em conformidade com as diretrizes gerais do Estatuto da Escola Nacional da Magistratura (Enamat).

A Direção da Escola Judicial do TRT14 priorizou as propostas avaliadas, com destaque para as capacitações de natureza obrigatória, o que resultou na elaboração do Plano de Capacitação para o corrente ano.

Dessa forma, o planejamento das formações previstas para o exercício de 2026 foi fruto de um esforço coletivo, focado na identificação das necessidades formativas de magistrados(as) e servidores(as) do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, abrangendo as diversas áreas de atuação do órgão.

Inicialmente, destaca-se que o levantamento das necessidades formativas foi realizado de maneira coletiva, envolvendo a participação de diversas áreas do Tribunal e a equipe da Ejud14. Esse processo teve como referência principal o Mapa Estratégico Nacional do Poder Judiciário, que orientou a definição de iniciativas com base em suas perspectivas e macrodesafios. Além disso, foram observadas as diretrizes da Enamat, o Plano de Gestão 2025-2026 e o alinhamento com o planejamento estratégico.

É importante registrar que a formação do quadro funcional do TRT14 tem como objetivo ser abrangente e integrada, oferecendo subsídios para o aprofundamento do conhecimento a partir de uma perspectiva crítica. Essa abordagem busca preparar magistrados(as) e servidores(as) para, cientes da realidade social, assumirem o compromisso com a eficiência e a efetividade da atividade jurisdicional. Assim, promove-se uma integração mais harmoniosa entre lei e direito, ideia e ação, sempre sob a supervisão pedagógica da EJUD14.



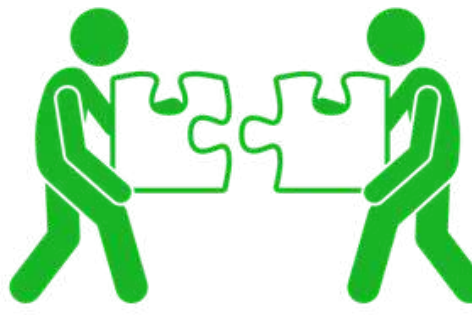
Em 2026, a Direção da Escola Judicial priorizará a oferta de ações formativas e eventos direcionados tanto a magistrados(as) quanto a servidores(as) com o objetivo de atender às demandas das diversas áreas do Tribunal da 14ª Região.

Com temas relevantes e foco na valorização e no aperfeiçoamento profissional, a proposta visa criar oportunidades para o desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais essenciais ao desempenho qualificado das funções exercidas no Tribunal. Além disso, busca-se garantir a regularidade na oferta de cursos sobre temáticas atuais e pertinentes, promovendo a qualidade nas atividades desempenhadas e nas entregas realizadas à sociedade.

A proposta está alinhada à legislação vigente, bem como às normas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), assegurando sua conformidade com os padrões institucionais e regulatórios.

Por meio da execução deste plano, a Escola Judicial do TRT14 busca promover uma integração consistente entre teoria e prática, proporcionando uma formação abrangente e eficaz que qualifica os profissionais do Tribunal para o pleno exercício de suas funções. Com enfoque prático e alinhado às demandas contemporâneas, a Escola Judicial fortalece a excelência e a competência no desempenho das responsabilidades institucionais, contribuindo para a efetividade e a eficiência do sistema de Justiça.



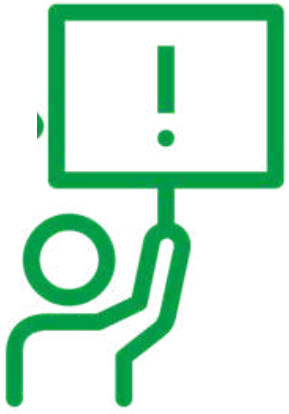


3.1 OBJETIVO GERAL

- Promover, em 2026, ações formativas que fortaleçam as competências essenciais de magistrados(as) e servidores(as), alinhadas às dimensões estratégicas do Tribunal, visando ao aprimoramento do desempenho profissional, à promoção de relações interpessoais de qualidade e ao desenvolvimento de um ambiente propício à eficiência institucional e ao crescimento contínuo.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

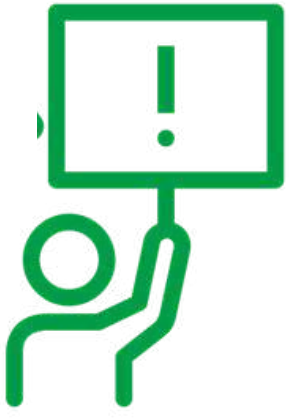
- Capacitar magistrados(as) e servidores(as) para identificar e solucionar lacunas em suas atividades, assegurando a execução eficiente de suas funções nas dimensões jurídicas e não jurídicas, com foco na interdisciplinaridade e no bom desempenho profissional no âmbito do Tribunal.
- Desenvolver competências técnicas em magistrados(as) e servidores(as), promovendo a efetividade trabalhista e o uso adequado de ferramentas jurídicas, com ênfase em equidade, analogia, direito comparado e seus princípios, além de fomentar práticas éticas, a conciliação e a pacificação social.
- Preparar servidores(as) para aprimorar seu desempenho no serviço público, garantindo a execução de suas atividades no Tribunal com qualidade, celeridade e eficiência.
- Possibilitar a magistrados(as) e servidores(as) o acesso a saberes interdisciplinares, indispensáveis para o exercício da atividade jurisdicional, ampliando conhecimentos além da formação jurídica acadêmica tradicional.
- Favorecer a integração entre magistrados(as), servidores(as) e a sociedade por meio de ações formativas e sociais, envolvendo o Tribunal em projetos e iniciativas que promovam engajamento e responsabilidade social.



4 IDENTIFICAÇÃO DE NECESSIDADES

A identificação das necessidades de aperfeiçoamento dos magistrados(as) e servidores(as) da Escola Judicial do TRT14, para o ano de 2026, foi fundamentada em diversas fontes, com o objetivo de garantir uma formação alinhada às demandas institucionais e aos desafios do Judiciário trabalhista. Os principais fatores considerados foram:

- **Atividades obrigatórias** indicadas pelos órgãos superiores da Justiça, que visam à capacitação contínua e ao cumprimento de normativas que regulam a atuação dos profissionais da Justiça.
- **Objetivos estratégicos do TRT14**, que definem as áreas prioritárias para o Tribunal e orientam a oferta de ações formativas alinhadas às suas metas institucionais.
- **Sugestões de magistrados e servidores**, colhidas por meio das avaliações das capacitações e dos encontros institucionais promovidos pela Escola Judicial, assegurando a incorporação de demandas práticas, percepções da realidade laboral e contribuições diretas dos públicos internos na construção do planejamento formativo.
- **Gaps das unidades do Tribunal**, sinalizados pela Secretaria de Gestão de Pessoas, que enviou sugestões e demandas fundamentadas por meio de memorandos, possibilitando a análise detalhada das necessidades específicas de cada setor.
- **Alterações legislativas relevantes** para a Justiça do Trabalho, que exigem a atualização constante dos profissionais em relação às novas normativas, jurisprudências e práticas legais.
- **Desenvolvimento de competências específicas** para o Judiciário trabalhista, com foco na melhoria das práticas judiciais e administrativas que impactam diretamente a efetividade e a eficiência do serviço prestado.



- **Análise de necessidades educacionais**, que levou em consideração o levantamento das competências a serem aprimoradas, seja nas áreas jurídicas ou em outras que impactem a gestão e o funcionamento do Tribunal.
- **Indicações da Direção da Escola**, com foco em temas técnicos e jurídicos relevantes, baseadas nas tendências atuais do Direito do Trabalho e nas demandas internas do Tribunal.

Essa identificação de necessidades visa promover uma capacitação estratégica e eficaz, que atenda às exigências do Tribunal e prepare os profissionais para os desafios do ano de 2025.





5 PERSPECTIVAS

Para atender de maneira organizada e estratégica às necessidades de capacitação do Tribunal, as atividades da EJUD14 em 2026 serão estruturadas com base em ações formativas e eventos, alinhadas a perspectivas claras e objetivos institucionais. Essa abordagem visa garantir uma formação contínua e integrada, que não apenas atenda às demandas imediatas dos servidores(as) e magistrados(as), mas também promova um desenvolvimento profissional sustentável a longo prazo.

As ações formativas serão desenvolvidas com foco na atualização constante dos conhecimentos, no aprimoramento das competências técnicas e comportamentais, auxiliando na construção de um ambiente de trabalho colaborativo, inclusivo e eficiente. Além disso, eventos específicos serão organizados para fortalecer a troca de experiências, promover a reflexão crítica e estimular a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos.

O alinhamento dessas atividades com os objetivos estratégicos do Tribunal garantirá que as ações de capacitação atendam diretamente às necessidades do Tribunal da 14ª Região, contribuindo para a excelência na gestão e na prestação jurisdicional.



O objetivo da Escola Judicial do TRT14 para 2026 é oferecer ações formativas contínuas que contribuam para a construção de uma cultura organizacional focada no desenvolvimento da excelência, com ênfase na obtenção de resultados que atendam às expectativas da sociedade por serviços públicos eficientes e eficazes.

A metodologia adotada combina teoria e prática, com foco na realidade profissional dos magistrados(as) e servidores(as) do Tribunal. A prática laboral é enfatizada, promovendo a interdisciplinaridade e incentivando o protagonismo dos participantes, de modo a facilitar a aplicação dos conhecimentos no contexto cotidiano do trabalho.

Para garantir uma capacitação eficaz, a EJUD14 utiliza metodologias ativas e estratégias diversificadas que proporcionam uma aprendizagem significativa, alinhada às necessidades gerais e específicas do público-alvo. Com isso, busca-se o aprimoramento contínuo das competências profissionais, tanto nas áreas técnicas quanto nas comportamentais.

As ações formativas oferecidas pela EJUD14 estão estruturadas em diversas modalidades — a distância, direta, presencial e telepresencial —, assegurando acesso amplo ao conhecimento e promovendo a flexibilidade necessária para que magistrados(as) e servidores(as) possam continuar seu processo de capacitação de forma contínua e adaptável às suas agendas.



O Plano de Capacitação da Escola Judicial do TRT14 para 2026 incluirá um total de 31 cursos obrigatórios, propostos com base nos normativos da Escola Nacional de Formação de Magistrados (ENAMAT), Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e legislação vigente.

Essa oferta de cursos foi planejada para garantir a realização estratégica das iniciativas educacionais e atender às necessidades formativas constantes dos magistrados(as) e servidores(as), alinhadas com a missão, visão, objetivos e valores do Poder Judiciário Nacional.

Os cursos **obrigatórios** incluem:

- Formação Inicial de Magistrados;
- Formação Continuada de Magistrados;
- Desenvolvimento Gerencial (Encontro de Gestores - Indicadores de Desempenho em Audiências: Melhorar Resultados com Sistemas Eletrônicos);
- Reciclagem Anual da Atividade de Segurança (técnicas Operacionais, segurança de dignitários entre outros);
- Novas Tecnologias e Ética nas Redes Sociais;
- Formação de Supervisores e Coordenadores de Cejusc;
- Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho e sobre Sustentabilidade (Agenda 2030);
- Libras na Justiça do Trabalho;
- Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual;
- Acessibilidade e Inclusão - Direito das Pessoas com Deficiência;
- Inovação na Justiça do Trabalho;
- Gestão de Precatórios e RPVs e Atualização da Legislação de Precatórios;
- Programa Trabalho Seguro;
- Formação em Direitos Humanos;
- Segurança da Informação;
- Direito ao Acesso ao Judiciário de Pessoas e Povos Indígenas - Interculturalidade e Justiça: Caminhos para um Direito Inclusivo e Plural;
- PJe - Processo Judicial Eletrônico de 1º e 2º Graus;
- Gestão de Teletrabalho;



- Linguagem Simples no Poder Judiciário;
- Gestão Documental;
- Política Judiciária sobre Pessoas Idosas e suas Interseccionalidades;
- Programa de Preparação para Aposentadoria para Magistrados – PPA;
- Política Judiciária Nacional para a Primeira Infância; Identidade de Gênero e
- Igualdade de Gênero;
- Cooperação Judiciária;
- Liberdade Religiosa e Combate à Intolerância no âmbito do Poder Judiciário brasileiro – Questão Racial;
- Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades;
- Plano Anual de Capacitação das Áreas de Aquisições;
- Plano Anual de Capacitação da área de Controle Interno;
- Plano Anual de Capacitação para os servidores de TI e Segurança da Informação;
- Identificação, tratamento e prevenção da litigância abusiva.

Esses cursos visam promover a atualização contínua, a conscientização sobre temas relevantes, o desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais essenciais e a garantia da eficiência e eficácia na atuação dos profissionais do Tribunal.



Os cursos previstos no Plano de Capacitação de 2026 incluem, além dos obrigatórios, 50 cursos adicionais, definidos a partir de um levantamento realizado por meio de questionário, no qual os servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região participaram de forma ativa. Essa iniciativa teve como objetivo identificar as principais demandas e necessidades formativas do corpo funcional.

Essa metodologia evidencia o compromisso com a valorização e o desenvolvimento contínuo de magistrados(as) e servidores(as), assegurando que as ações educacionais estejam alinhadas à missão, visão, objetivos estratégicos e valores do Poder Judiciário Nacional.

A proposta busca fomentar a excelência no aprendizado e fortalecer a capacidade institucional para o desempenho eficaz de sua função pública essencial.

Os cursos indicados incluem:

- Curso de Sucessão Profissional (Política de Sucessão);
- Curso de Protocolo de Julgamento na Perspectiva de Gênero;
- Curso Segurança Cibernética e da Informação;
- Curso de Governança e Gestão das Contratações - Gestão de Riscos nas Contratações, Fase de Planejamento, Plano de Logística Sustentável, Elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência;
- Curso de Gestão de contratos terceirizados - Planilha de Custos, Formação de Preços e Terceirização;
- Curso sobre Conta Vinculada e Suprimento de Fundos;
- Curso de Penhora e Avaliação Patrimonial de Bens;
- Gestão de Mudanças e Resiliência Profissional;
- Curso Avançado de Ferramentas de Execução;
- Curso Formação Inicial de Coordenadores, Supervisores, Conciliadores e Mediadores (Parte Teórica e Prática);
- Curso Intermediário e/ou Avançado de Inteligência Artificial;
- Curso de Cálculos Trabalhistas (PJe Calc) - Incluir o tema "apreciar as impugnações aos cálculos (art. 879, parág. 2º, da CLT) propondo estratégias e soluções a casos práticos";
- Curso de Direitos Humanos;
- Curso de Juros e Correção/Atualização monetária e incidência tributária;
- Curso de Precedentes no Processo do Trabalho;
- Curso de Elaboração de Minuta de Voto;
- Curso Avaliação Biopsicossocial da Pessoa com Deficiência, destinado à equipe multidisciplinar da Saúde;
- Curso de Sistema SIGs, destinado a servidores da área de saúde;
- Curso de Liderança Feminina - alinhado à Política de Incentivo à Participação Institucional Feminina;

8. CURSOS DESENVOLVIDOS A PARTIR DO LEVANTAMENTO DE NECESSIDADES DO TRT14

15



- Curso em Legislação de Pessoal;
- Cursos de finanças públicas, Tesouro Gerencial e atualização em retenções tributárias;
- Curso de Admissibilidade do Recurso de Revista;
- Curso de Crédito de Carbono e Compensação Ambiental de gases de Efeito Estufa;
- Curso de Gestão do Tempo e Produtividade;
- Curso de Gestão Pública;
- *Curso de Atendimento Inclusivo ao público: Estratégias para o atendimento a Grupos Minorizados e Pessoas com Deficiência;*
- *Curso de Processo de Sindicância e Administrativo Disciplinar (PAD);*
- *Curso de Elaboração de Ementas (Recomendação CNJ no 154/2024);*
- *Curso de Gestão de Redes e Estratégias Digitais, voltado para área da Comunicação;*
- *Curso de Produção de Vídeo e Áudio, Design e gestão de dados para área de Comunicação;*
- *Curso de Gestão por competências;*
- *Curso de Liderança e Motivação;*
- *Curso de Clima e Cultura Organizacional;*
- *Curso de Gestão Estratégica de Equipes;*
- *Curso de Saúde e Qualidade de Vida;*
- *Curso de Gestão de Processos;*
- *Curso de Inteligência Emocional;*
- *Curso de Acessibilidade, Inclusão e Direito das Pessoas com Deficiência*
- *Curso de Combate ao Assédio Sexual e Moral no Ambiente de Trabalho;*
- *Curso de Minuta de Sentença;*
- *Curso de Produção de Textos Jurídicos;*
- *Curso de Inovação no Judiciário Trabalhista*
- *Curso de Gestão de Equipes em Teletrabalho;*
- *Curso de Comunicação e Relacionamento Interpessoal;*
- *Congresso Interinstitucional do TRT da 14ª Região, MPT/RO e Unir/RO;*
- *Curso de Direito Processual do Trabalho – Fase de Conhecimento e Liquidação;*
- *Curso dos Sistemas e-Gestão e i-Gest;*
- *Curso de Reciclagem para Brigadistas – Formação de Brigada de Incêndios;*
- *Curso de Direito Coletivo do Trabalho;*
- *Curso de Direito Civil/Processual Civil,*
- *Curso de Sistemas Informatizados: Proad, Portal de atendimento e Drive;*
- *Curso de Gestão de Resultados;*
- *Encontro de Assessores e Assistentes de Juízes do TRT14 (II Encontro de Diálogos Verticais: Fortalecendo a Cooperação Entre o Poder Judiciário);*
- *Cursos Avulsos referente aos Sistemas: Sigep, folhawebe e e-social;*
- *Curso de Sistema SIGEO-JT para gestores e fiscais – módulos de Planejamento e Acompanhamento e de Execução Financeira.*



O **Plano de Capacitação de 2026** contempla, além dos cursos obrigatórios, dos cursos direcionados para o público geral do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, um quantitativo de **20 cursos específicos aos magistrados e magistradas**, definidos com base em um **levantamento realizado por meio de questionário**. Essa consulta contou com a participação ativa dos magistrados e magistradas do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, com o objetivo de identificar as principais demandas e necessidades formativas do corpo judicante.

Essas ações planejadas serão realizadas no âmbito dos **Encontros Institucionais de Magistrados**, que ocorrem duas vezes ao ano, proporcionando um espaço de aprendizagem voltado ao aprimoramento profissional e ao alinhamento estratégico com as diretrizes do Poder Judiciário Nacional.

Essa abordagem reforça o **compromisso com a valorização e o desenvolvimento** contínuo de magistrados(as), garantindo que todas as ações educacionais estejam plenamente alinhadas à missão, visão, objetivos estratégicos e valores do Poder Judiciário.

Essa abordagem reforça o compromisso com a valorização e o desenvolvimento contínuo de magistrados(as), garantindo que todas as ações educacionais estejam plenamente alinhadas à missão, visão, objetivos estratégicos e valores do Poder Judiciário.

Os cursos indicados incluem:

- Curso de Controle de Convencionalidade;
- O Direito e o Processo do Trabalho nas Recuperações Judiciais e Falências;
- Curso de Ferramentas Eletrônicas de Pesquisas de Bens e Pessoas;
- Curso de Desconsideração da Personalidade Jurídica na Execução Trabalhista;
- Curso de Instrução Probatória do Trabalho na Interface entre o Analógico e o Digital;
- Curso de Produção e Análise de Provas Digitais no Processo do Trabalho;
- Curso de LGPD e seus Impactos nas Relações de Trabalho;



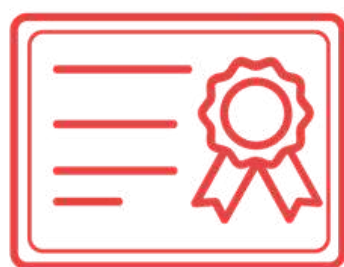
- Curso de Administração de Varas do Trabalho;
- Curso de Direito Previdenciário Aplicado às Relações de Trabalho;
- Prova Pericial em Acidentes e Doenças Ocupacionais;
- Curso de Elaboração de Minuta de Sentença;
- Comunicação Não Violenta ou Assertiva nas Relações de Trabalho;
- Curso de Responsabilidade Civil e Indenizações nos Acidentes de Trabalho;
- Curso sobre Análise Econômica do Direito e o Impacto Social das Decisões Trabalhistas;
- Curso de Aplicação do Código de Processo Civil no Processo do Trabalho;
- Curso de Inovações Legislativas no Direito do Trabalho e Processo do Trabalho;
- Curso de Elaboração de Minuta de Acórdão;
- Curso de Cálculo e Liquidação;
- Eventos Internacionais decorrentes de Acordos e ou Termos de Cooperação firmados. ex: Athenas Jus
- Diálogos Latino-Americanos.



A metodologia de avaliação adotada pela EJUD14 no Plano de Capacitação para 2026 é flexível e adaptável às características específicas de cada curso ou evento proposto, com o objetivo de complementar o processo de aprendizado e oferecer uma visão estratégica e completa sobre o desenvolvimento e os resultados das iniciativas educacionais. O processo avaliativo é estruturado em diferentes modalidades, que se integram para monitorar e aprimorar continuamente as ações formativas. Essas modalidades incluem:

- **Avaliação Diagnóstica:** Identifica o nível inicial de conhecimentos, competências, dificuldades e necessidades dos magistrados(as) e servidores(as) antes do início do processo de ensino-aprendizagem, permitindo o planejamento de ações mais alinhadas às demandas identificadas.
- **Avaliação Formativa:** Realizada ao longo do processo, monitora o progresso dos participantes, oferecendo feedback contínuo. Essa abordagem possibilita ajustes e melhorias durante a execução das ações formativas, garantindo maior eficácia no alcance dos objetivos.
- **Avaliação de Resultados:** Aplica-se ao final de uma etapa, programa ou projeto, com o objetivo de verificar o cumprimento dos objetivos propostos e analisar os resultados obtidos, permitindo medir a efetividade das ações desenvolvidas.
- **Avaliação de Impacto:** Realizada após a conclusão de um projeto, em um prazo maior (meses ou até anos), com a finalidade de observar mudanças sustentáveis decorrentes das ações formativas. Essa avaliação busca identificar como os conhecimentos adquiridos foram aplicados na prática e os impactos gerados na atuação profissional.

Essas etapas de avaliação são essenciais para garantir a qualidade e a efetividade do Plano de Capacitação, contribuindo para o aprimoramento contínuo das competências técnicas e comportamentais de magistrados(as) e servidores(as), alinhadas aos objetivos estratégicos do Tribunal e às demandas da sociedade.



A validação das horas realizadas em atividades pedagógicas promovidas pela Escola Judicial do TRT14 segue critérios rigorosamente definidos pelos normativos aplicáveis. Para magistrados(as), a certificação observa as disposições estabelecidas pela Resolução ENAMAT n. 28/2022, de 29 de setembro de 2022. Já para servidores(as), a concessão de certificação e a validação de horas cumprem os requisitos previstos na Resolução CSJT n. 159, de 27 de novembro de 2015.

Além disso, o lançamento das atividades no Sistema SIGEP é fundamental para fins de concessão do Adicional de Qualificação, assegurando que o esforço de capacitação seja formalmente reconhecido e contribua para o aprimoramento contínuo dos integrantes do Tribunal. Esse processo reforça o compromisso da EJUD14 com a valorização e o desenvolvimento de magistrados(as) e servidores(as), alinhados às melhores práticas institucionais e às exigências normativas vigentes.



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Resolução n. 325, de 29 de junho de 2020 Diário da Justiça [do] Conselho Nacional de Justiça, Brasília, DF, n. 325, p. 10, Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/compilado1802422022060962a235c29d678.pdf>. Acesso em 11 dez.2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Resolução n. 159, de 12 de novembro de 2012. Diário da Justiça [do] Conselho Nacional de Justiça, Brasília, DF, n. 208, p. 3-4, 13 nov. 2012. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=972> . Acesso em: 18 dez. 2023.

ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO (Brasil). Resolução n. 28/ENAMAT, de 28 de setembro de 2022. Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho: caderno administrativo [da] Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, Brasília, DF, n. 3569, p. 4-21, 29 set. 2022. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12178/207173>. Acesso em: 18.dez. 2023.

POLÍTICA DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIDORES, NO ÂMBITO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO. (Brasil) Portaria GP 1664/2019. Site Eletrônico da Justiça do Trabalho 14ª Região. Disponível em: <https://portal.trt14.jus.br/portal/escola-judicial-legislacao> . Acesso em 08/01/2024.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (15. Região). Escola Judicial.Plano Anual da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 15a Região. [Campinas, SP: EJUD,2023].Disponível em:https://drive.google.com/file/d/1_D5KPXyX0bACWx4by7QGEomTUfuB57Y6/view. Acesso em: 03 dez. 2023.



Obs: As datas estabelecidas no calendário para os cursos estão sujeitas a alterações.

O calendário mensal constante do presente Plano Anual de Capacitação contempla, de forma intencional, apenas as principais ações institucionais, notadamente os grandes eventos e as atividades formativas já previamente definidas pela Direção da Escola Judicial.

As demais ações previstas neste Plano, embora igualmente relevantes para o cumprimento dos objetivos estratégicos da Escola Judicial, não foram detalhadas no calendário mensal, a fim de preservar a flexibilidade necessária à gestão do planejamento e à adequada alocação de recursos humanos, orçamentários e logísticos.

Assim, tais ações serão definidas, ajustadas e implementadas oportunamente, em nível estratégico e operacional, considerando as demandas institucionais supervenientes, as necessidades formativas identificadas ao longo do exercício, bem como as diretrizes da Administração do Tribunal e as possibilidades orçamentárias.

Essa abordagem visa garantir maior eficiência, adaptabilidade e capacidade de resposta da Escola Judicial, sem prejuízo do alcance das metas estabelecidas no Plano Anual de Capacitação.

1.1 Janeiro/2026

JANEIRO
Em janeiro, dedicamos um período exclusivamente ao cuidadoso planejamento do Plano de Capacitação para o ano de 2026. Este processo foi realizado em plena sintonia com as diretrizes definidas pelo nosso Plano Estratégico Institucional.



1.2 Fevereiro/2026

FEVEREIRO				
Ação formativa	Data prevista	Público-alvo	Natureza da formação	Previsão Normativa
Palestra Direito das Comunidades Quilombolas	5/2	Magistrados (as) e Servidores (as)		
Curso Prático de Minutas, De Despachos e Decisões	6, 13 e 20/2	Magistrados (as) e Servidores (as)	Obrigatório	RESOLUÇÃO Nº 615, DE 11 DE MARÇO DE 2025 Estabelece diretrizes para o desenvolvimento, utilização e governança de soluções desenvolvidas com recursos de inteligência artificial no Poder Judiciário. RESOLUÇÃO N. 159/CSJT, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015 Institui a Política Nacional de Educação para os servidores da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.
Curso de LGPD	27/2	Magistrados (as) e Servidores (as)		Resolução Nº 363 de 12/01/2021
Libras - ENAP		Magistrados (as) e Servidores (as)		Res. CSJT Nº 218, de 23 de março de 2018 - art 2o





1.3 Março/2026

MARÇO				
Ação formativa	Data prevista	Público-alvo	Natureza da formação	Previsão Normativa
Congresso Internacional Relações de Trabalho na Sociedade Contemporânea	2 a 4/3	Magistrados (as) e Servidores (as)	Continuada	
Curso Prático de Minutas, Despachos e Decisões	6, 13 e 20/3	Magistrados (as) e Servidores (as)		
Mês da Mulher (Após 08/03) - Chá com Elas e Abertura do Ano Letivo	9/3	Magistrados (as) e Servidores (as)	Obrigatório	
CONEMATRA - Tocantins	12 e 13/3	Magistrados (as)		
Cursos obrigatórios	a definir	Magistrados (as) e Servidores (as)	Obrigatório	

1.4 Abril/2026

ABRIL				
Ação formativa	Data prevista	Público-alvo ¹	Natureza da formação	Previsão Normativa
Abril Verde (Saúde e Segurança do Trabalho)	a definir	Magistrados (as) e Servidores (as)	Obrigatório	Res. CSJT No 324, de 11 de fevereiro de

¹ Público-alvo: a participação em eventos telepresenciais promovidos pela EJUD14 é franqueada para sociedade em geral por meio do Canal da Escola no YouTube (<https://www.youtube.com/c/ESCOLAJUDICIALTRT14>)



AÇÕES EDUCACIONAIS PREVISTAS
PARA O ANO DE 2026 POR MÊS



1.4 Abril/2026

				2022 - art. 2o, III
Capacitação em direitos humanos, gênero, raça e etnia - Educere	divulgação contínua	Magistrados (as) e Servidores (as)	Obrigatório	
Combate ao Assédio - Educere	divulgação contínua	Magistrados (as) e Servidores (as)	Obrigatório	
Cálculos Trabalhistas - Módulo Básico - Impugnação a cálculos	9 e 10/4	Magistrados (as) e Servidores (as)	Obrigatório	
Encontro de Magistrados - Edição Acre e; I Seminário Internacional de Responsabilidade Socioambiental (parte integrante do Encontro Institucional)	7 a 9/4	Magistrados (as)	Continuada	
Curso Prático de Minutas, De Despachos e Decisões	10 e 17/4	Magistrados (as) e Servidores (as)	Obrigatório	
Sistema Pje 1º e 2º Grau	13 a 15/4	Magistrados (as) e Servidores (as)	Obrigatório	
Práticas de IA	24/4	Magistrados (as) e Servidores (as)	Obrigatório	
IA na Administração Pública, com foco na área administrativa	28 a 30/4	Magistrados (as) e Servidores (as)	Obrigatório	Res. CNJ No 395/2021
Equidade Racial - Educere	a definir	Magistrados (as) e	Obrigatório	
		Servidores (as)		
Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua	a definir	Magistrados (as) e Servidores (as)	Obrigatório	





1.5 Maio/2026

MAIO				
Ação formativa	Data prevista	Público-alvo	Natureza da formação	Previsão Normativa
Atenção ao Trabalho Rural/No Campo	a definir	Magistrados(a s) e Servidores(as)	Obrigatório	
Curso Sistema GPrec e Atualização Legislação	18 a 22/5	Magistrados (as) e Servidores (as)	Obrigatório	
Maio Laranja - Campanha nacional de conscientização e combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes	a definir	Magistrados (as) e Servidores (as)	Obrigatório	
Semana Nacional de Conciliação	25 a 29/5	Magistrados (as) e Servidores (as)	Obrigatório	

1.6 Junho/2026

JUNHO				
Ação formativa	Data prevista	Público-alvo	Natureza da formação	Previsão Normativa
Curso de Elaboração de minuta de sentença	5 a 8/6	Servidores (as)	Continuada	
Athena Jus	9 a 11/06	Magistrados (as) e Servidores (as)	Continuada	
Junho Mês da Diversidade - Semana da Diversidade	24 a 26/6	Magistrados (as) e Servidores (as)	Obrigatório	
Cursos obrigatórios	a definir	Magistrados (as) e Servidores (as)	Obrigatório	





1.7 Julho/2026

JULHO				
Atividades	Data prevista	Público-alvo	Natureza da formação	Previsão Normativa
Curso de Reciclagem da Atividade de Segurança (Teórico e Prática) - Instrutoria interna TRT10	20 a 24/7	Servidores (as) que atuem na área	Obrigatório	Res. CSJT No 315, de 26 de novembro de 2021.
Cursos obrigatórios	a definir	Magistrados (as) e Servidores (as)	Obrigatório	

1.8 Agosto/2026

AGOSTO				
Atividades	Data prevista	Público-alvo	Natureza da formação	Previsão Normativa
Curso para Oficiais de Justiça (Conciliação de outros temas)	3 e 4/8	Servidores (as) que atuem na área		
Ação de Combate ao Trabalho Infantil	19/08	Público Ampliado e Comunidade externa	Parceria com a Comissão - Combate ao Trabalho Infantil	
Café com Eles	1ª quinzena do mês	Magistrados e Servidores	-	-
Encontro de Magistrados	25 a 27/8	Magistrados (as)	Obrigatório	Res. ENAMAT N.º 28, de 28 de setembro DE 2022





1.9 Setembro/2026

SETEMBRO				
Atividades	Data prevista	Público-alvo	Natureza da formação	Previsão Normativa
Semana Nacional de Conciliação	14 a 18/9	Magistrados (as) e Servidores (as)	Obrigatório	
Setembro Amarelo (Prevenção ao Suicídio)	a definir	Magistrados (as) e Servidores (as)	Obrigatório	
Encontro de Gestores	21 a 24/9	Servidores (as)		

1.10 Outubro/2026

OUTUBRO				
Atividades	Data prevista	Público-alvo	Natureza da formação	Previsão Normativa
Outubro Rosa (Prevenção ao Câncer de Mama)		Magistrados (as) e Servidores (as)	Obrigatório	
Cursos obrigatórios	a definir	Magistrados (as) e Servidores (as)	Obrigatório	





1.11 Novembro/2026

NOVEMBRO				
Atividades	Data prevista	Público-alvo	Natureza da formação	Previsão Normativa
Novembro Azul	a definir	Magistrados (as) e Servidores (as)	Obrigatório	
Semana Nacional de Conciliação (CNJ)	9 a 13/11	Magistrados (as) e Servidores (as)	Obrigatório	
Consciência Negra (20/11)	19/11	Magistrados (as) e Servidores (as)	Obrigatório	

1.12 Dezembro/2026

DEZEMBRO				
Atividades	Data prevista	Público-alvo	Natureza da formação	Previsão Normativa
Dia Internacional da Pessoa com Deficiência (03/12)	3/12	Magistrados (as) e Servidores (as)	Obrigatório	
Encerramento do ano letivo	11/12		Obrigatório	



